

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.825 - RS (2019/0189222-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE** : CARLOS ALEXANDRE DE OLIVEIRA RODRIGUES  
(PRESO)  
**ADVOGADOS** : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE  
DO SUL  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por CARLOS ALEXANDRE DE OLIVEIRA RODRIGUES, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 128):

HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. ROUBO.

Há prova da materialidade e suficientes indícios de autoria, uma vez que o paciente foi reconhecido pela vítima. Trata-se de delito praticado mediante grave ameaça e concurso de agentes. Presentes os requisitos do art. 312 do CPP, a segregação vai mantida. ORDEM DENEGADA.

O recorrente foi denunciado pela prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, II, do Código Penal.

Argumenta, em suma, a nulidade pela não realização de audiência de custódia e a ausência dos requisitos do art. 312 do CPP, requerendo a revogação da prisão preventiva.

A liminar foi indeferida (fls. 172/174).

As informações foram prestadas (fls. 176/191).

O parecer do Ministério Público Federal foi pelo não provimento do recurso (fls. 197/199).

Na origem, o Processo n. 019/2.19.0000055-0 encontra-se em fase recursal, conforme informações obtidas no site do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, na data de 27/9/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Em relação à ausência da audiência de custódia, o entendimento majoritário desta Sexta Turma é no sentido de que sua não realização não enseja nulidade da prisão preventiva em que posteriormente convertida, pois observadas as outras garantias processuais e constitucionais, restando então superado o exame desse tema (AgRg no HC 353.887/SP, Rel. Ministro

# *Superior Tribunal de Justiça*

SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 19/05/2016, DJe 07/06/2016; RHC 76.906/SP, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 24/11/2016; RHC 63632/PR, Rel. Min. ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 25/10/2016, DJe 18/11/2016).

Fiquei vencido nos precedentes citados e permaneço com igual compreensão. É a audiência de custódia requisito de garantia para a prisão, que não resta superado pela conversão do flagrante em preventiva. Em temas fundamentais ao processo - e a prisão talvez seja aquele que mais diretamente atinja a pessoa do acusado - a forma é instrumento de garantia, inarredável pelos danosos efeitos que provoca, no caso tornando letra morta garantia de preservação pessoal assumida pelo país em compromissos internacionais e permitindo não somente a proliferação desnecessária da custódia cautelar, como impedindo o direito de contato pessoal do preso com seu juiz, assim como a constatação direta pelo magistrado das condições físicas do preso e das circunstâncias de sua prisão. Mais que forma, é garantia de preservação pessoal processualmente estabelecida em favor do cidadão.

Não obstante, por segurança jurídica, pois à sociedade desserve a compreensão diversa de justiça unipessoal do integrante de colegiado, tão somente ressalvo meu entendimento no tema e acompanho o resultado esperado e acima citado de precedentes desta Sexta Turma.

Posto isso, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva está assim fundamentada (fl. 83):

[...]. Por outro lado, os bens reclamados pela vítima foram encontrados na posse do autuado, a poucos minutos e metros do local do crime, indicando, a princípio, que o fato ocorrido foi por ele praticado, fato que foi corroborado pelo reconhecimento procedido pela vítima.

**Ainda, verifico que o autuado ostenta ressalvas em sua ficha criminal.**

**Carlos Alexandre tem sido investigado por crimes patrimoniais desde o ano de 2004, inclusive com violência ou grave ameaça. Possui condenações com trânsito em julgado, algumas até com pena cumprida. Atualmente está em cumprimento de pena por crime de roubo. É reincidente em crimes desta natureza.**

**Tudo isso demonstra, a princípio, que tem se envolvido freqüentemente, na mesma espécie do delito aqui narrado.**

**Sendo assim, evidente que a liberdade do flagrado põe em risco a sociedade e a ordem pública, pois parece encontrar na pouca liberdade o estímulo para continuarem praticando delitos, merecendo a pronta**

# Superior Tribunal de Justiça

## **resposta Estatal.**

A propósito, para Mirabete, "o conceito de ordem pública não se limita a prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas também acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face da gravidade do crime e sua repercussão

Outrossim, por certo que as medidas cautelares diversas da prisão serão insuficientes para a garantia da ordem pública, razão pela qual decreto a PRISÃO PREVENTIVA de CARLOS ALEXANDRE DE OLIVEIRA RODRIGUES, forte nos artigos 312 e 313, I, do CPP.[...].

Como se vê, o decreto prisional apresentou fundamentação concreta, evidenciada na reiteração delitiva, *tem sido investigado por crimes patrimoniais desde o ano de 2004, inclusive com violência ou grave ameaça. Possui condenações com trânsito em julgado, algumas até com pena cumprida. Atualmente está em cumprimento de pena por crime de roubo. É reincidente em crimes desta natureza*, o que se confirma às fls. 71/81.

Com efeito, esta Corte também tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento do recurso em *habeas corpus*.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 30 de setembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator